



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO)

**PODER SIMBÓLICO E GÊNERO: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA
TEORIA DE PIERRE BOURDIEU PARA ENTENDER AS
DESIGUALDADES DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DA
SORORIDADE ENTRE AS MULHERES**

GABRIELE PETROSKI MACHADO
REIDY ROLIM DE MOURA
CAMILA APARECIDA DA SILVA ALBACH

Resumo: As relações de poder e de gênero estão relacionadas uma com a outra, pois quando se fala em gênero, se fala da relação de poder entre homens e mulheres, que é um fator que acarreta a desigualdade de gênero. A sororidade surge com a proposta de estabelecer uma prática como enfrentamento do machismo e da opressão contra as mulheres. O objetivo deste artigo é estabelecer um raciocínio teórico partindo da concepção de poder em Bourdieu (1930-2002) para compreender as desigualdades de gênero e apresentar a sororidade como uma resposta ao enfrentamento das desigualdades entre as mulheres.

Palavras-chave: Poder Simbólico; Dominação Masculina; Sororidade; Gênero.

Abstract: Power and gender relations are related to each other, because when we talk about gender, we talk about the power relationship between men and women, which is a factor that leads to gender inequality. The Sorority arises with the proposal of establishing a practice to combat machismo and oppression against women. The objective of this article is to establish a theoretical reasoning based on Bourdieu's (1930-2002) conception of power to understand gender inequalities and present sisterhood as a response to confronting inequalities among women.

Keywords: Symbolic Power; Male Domination; Sorority; Gender.

INTRODUÇÃO

Observa-se que atualmente as relações de gênero são resultantes de um contexto sócio-histórico-cultural que se desenvolveu concomitantemente à sociedade. Quando se fala em “relações de gênero”, refere-se ao homem e a mulher e os papéis sociais que estes seres assumem na sociedade. Ou seja, gênero, não é sinônimo para “mulher”, mas sim, compreende todo um universo em que homens e mulheres estão inseridos e se relacionam entre si.

Assim sendo, as “relações de gênero” existem desde a existência do homem e da mulher nos primórdios da sociedade. Porém, no presente artigo será delimitado o período a partir da ascensão do sistema socioeconômico capitalista na sociedade ocidental, no século XIII, para compreender as relações de gênero no contexto capitalista, o qual gerou um conjunto de



desigualdades sociais, econômicas, de raça e de gênero, que se desdobram nas esferas públicas e privadas da sociedade.

O sistema capitalista impõe determinadas condições para sua existência e fortalecimento, sendo que uma delas a concentração de capital por uma pequena parcela da população, acirrando a desigualdade. Assim concentrou-se o poder nas mãos dos grandes capitalistas que detinham os meios de produção. “Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina” (DAVIS, 2016, p.50). A mulher era entendida como um ser inferior ao homem, estava em uma condição de submissão ao pai e depois ao marido e por muito tempo essa condição de submissão estava atrelada às questões naturais e biológicas da mulher “os próprios papéis sociais dos homens e das mulheres estavam baseados na natureza, graças ao que seus corpos ditavam” (MARTIN, 2006, p. 73), mas que conforme os estudos se aprofundaram, essa concepção evoluiu e entendeu-se que gênero não necessariamente estava relacionado ao sexo biológico. A definição dos papéis sociais de gênero considerava que as mulheres e os homens deveriam cumprir com atividades, ações e comportamentos destinados à eles de acordo com o que fora socialmente e culturalmente construído com base no gênero, principalmente no âmbito familiar e na divisão sexual do trabalho doméstico e do trabalho remunerado., Percebe-se que as relações de poder está presente na relação estabelecida entre homens e mulheres, assim é necessário discutir sobre a conceituação de poder, sendo Pierre Bourdieu (1930-2002) o principal autor utilizado para entender a influência do poder e principalmente do poder simbólico na nas relações sociais de gênero.

Neste artigo apoiar-se-á na concepção de poder a partir de Pierre Bourdieu (1930-2002), o qual se aprofunda na discussão sobre o “poder simbólico” e a dominação nas relações entre os sujeitos, neste caso, dos homens em relação às mulheres. Essa dominação, denominada de “patriarcado”, na definição de Saffioti (2015) é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Como resposta e enfrentamento à essa dominação-exploração masculina, os movimentos feministas¹ emergem, com a proposta de lutar contra as opressões patriarcais e pela equidade entre os gêneros, às vistas da garantia dos direitos das mulheres (LISBOA, 2010) e promovendo novas práticas, como a sororidade, para o enfrentamento do machismo e da misoginia.

A desigualdade de gênero, não está só entre homens e mulheres, mas é fato que as próprias mulheres não ocupam o mesmo lugar na sociedade, a considerar pela sua condição econômica, de classe e racial. Portanto, é preciso reconhecer as desigualdades existentes entre as mulheres, assunto que vem sendo abordado por Angela Davis (2016) e Bell Hooks (2018), principalmente em relação à raça e a classe, já que historicamente as mulheres negras

¹ Refere-se aos movimentos feministas no plural, considerando as diversas correntes do movimento.



não compartilharam das mesmas condições que as mulheres brancas. Em decorrência disso, novos conceitos tendem a surgir para expressar e traduzir as relações que se desenvolvem na sociedade contemporânea, como é o caso da “sororidade”, conceito que vem avançando e busca fortalecer a luta das mulheres contra a misoginia e alcançar a equidade entre si, partindo de aspectos éticos e políticos (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2012).

Tendo em vista o que fora discorrido acima, o presente artigo tem como objetivo geral estabelecer um raciocínio teórico partindo da concepção de poder em Bourdieu (1930-2002) para compreender as desigualdades de gênero e apresentar a sororidade como uma resposta ao enfrentamento das desigualdades entre as mulheres. .

Para tanto, este estudo é de natureza descritiva e para a construção deste artigo utilizou-se exclusivamente a metodologia de revisão bibliográfica, tendo como ponto de partida o conceito de “poder, “gênero” e “sororidade” a partir dos principais autores: Pierre Bourdieu (2012), Bell Hooks (2018), Angela Davis (2016), Lagarde y de Los Ríos (2012), entre outros que serão citados ao longo deste artigo.

Este trabalho está estruturado em três partes, além destas considerações iniciais. Sendo a primeira parte, destinada à discussão sobre Poder Simbólico e Dominação de Pierre Bourdieu (1930-2002). Na segunda parte, será abordado as relações de gênero perpassando e o conceito da sororidade, com base na autora Marcela Lagarde y de Los Ríos (2012). E por fim, se apresentará as considerações finais.

PODER SIMBÓLICO E DOMINAÇÃO: NA PERSPECTIVA TEÓRICA DE PIERRE BOURDIEU (1930-2002)

A sociedade capitalista estruturou-se com base nas relações de poder de um grupo de indivíduos sobre os outros, seja pelo poder econômico, político e/ou ideológico. Porém, por existir essa relação de poder as pessoas não ocupam posições iguais na sociedade. Ou seja, a partir dessa estruturação com base no poder, as desigualdades entre os indivíduos foram acentuadas.

A definição do conceito de “poder” é compreendida de perspectivas distintas, com base na teoria de cada filósofo e sociólogo que se dedicou a estudar este conceito. Para compreender tal conceito, Bourdieu (2012) explica outras categorias teóricas que compõem as relações de poder, principalmente, para entender o poder simbólico. Bourdieu retoma a teoria de Durkheim, ao reconhecer

que os fatos sociais devem ser construídos para que se tornem objeto de estudo e de que, antes de efetuar a análise dos arquivos, o experimento, ou a observação direta, é necessário preparar um quadro de referências, de modo a formular as questões adequadas e tornar as respostas inteligíveis. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 32).



A saber, Durkheim (2001) define os fatos sociais, como, “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem.” (DURKHEIM, 2001, p. 33) e ainda o autor vai reforçar que quando o indivíduo apreende as ações e torna o hábito natural, ele naturaliza o fato social e a coerção deixa de ser sentida. Assim, Bourdieu parte das teorias de Durkheim, no entanto ele vai além, construindo novas teorias sobre o tema.

Antes de desenvolver a teoria do poder simbólico e da dominação, Bourdieu (2012) define o “campo” e o “habitus”. Segundo o autor, o “campo” é o espaço onde se constituem os sistemas simbólicos e as estruturas estruturadas e estruturantes, é onde os indivíduos estão inseridos, expressando as suas características sociais, econômicas, de raça e de gênero, ou seja, é onde ocorre as relações de poder e sociais.

Ainda sobre o “campo” Bourdieu (2012) aponta que

A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta das classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes [...] (BOURDIEU, 2012, p. 14)

Com isso, o autor quer dizer que a ideologia do discurso dominante que está presente no campo da luta de classes, pode amenizar o sentido dessas lutas ao estabelecer a ordem existente como algo natural, mesmo sendo algo imposto. (BOURDIEU, 2012). É como a teoria de Durkheim, em que a coerção deixa de ser sentida e se torna naturalizada. É, portanto, a naturalização da dominação, os dominados não sabem quando isso começou, apenas seguem o padrão que já existia. A naturalização dos comportamentos é importante para os dominantes, para que consigam manter a ordem da dominação. Essa naturalização também pode ser entendida pelo habitus.

Bourdieu denomina de “habitus”, o que para ele é a “incorporação das estruturas sociais em um indivíduo ou em um determinado grupo” (SOUZA, 2014, p. 142), resumindo, habitus é aquilo que o indivíduo incorpora a partir das suas vivências e relações sociais que estabelece no campo em que está inserido. É, portanto, o gosto, o modo de agir e de pensar, a forma como se vive e embora pareça intrínseco à cada indivíduo, é algo que fora construído socialmente, essas características estão totalmente relacionadas com o contexto deste indivíduo, com a posição social que ele ocupa e todos os elementos que o compõe, enquanto um ser vivendo em uma sociedade. E isso, são “as estruturas estruturantes estruturadas introspectadas no indivíduo que o permite agir no mundo” (SOUZA, 2014, p. 142).

Para fundamentar o conceito de “habitus” Bourdieu, se apoia na teoria marxista da consciência de classe. Pois não há como negar que a compreensão de como as classes são organizadas, interferem nas relações de poder, porém Bourdieu vai além do que Marx propõe, estreitando



a discussão e entendendo a complexidade das relações de poder, de classe, de gênero e assim por diante. Ou seja, enquanto Marx se preocupava com a revolução da classe dos trabalhadores, a partir do capital, Bourdieu se preocupava também com os intelectuais e como a revolução os afetaria, entendendo que o capital pode ser material ou simbólico. (SOUZA, 2014). Bourdieu afirma que os marxistas intelectuais idealizavam seus próprios habitus na classe trabalhadora, sendo na perspectiva deste autor um equívoco pensar que os trabalhadores teriam as mesmas aspirações que os intelectuais. (SOUZA, 2014).

Marx e Bourdieu se distanciam à medida que, Bourdieu amplia a discussão que Marx já realizava, partindo do campo e do habitus, conforme exposto acima, Bourdieu (2012) afirma que os “sistemas simbólicos” são exercidos através das estruturas estruturantes. As estruturas só podem ser estruturantes, porque são estruturadas e, o que isso quer dizer? As estruturas estruturantes, são os instrumentos do conhecimento do mundo objetivo, enquanto que as estruturas estruturadas são os meios de comunicação, seja a língua ou a cultura. (BOURDIEU, 2012). Exemplificando

Uma estrutura como a imprensa, ou mais especificamente, a mídia. Ela busca estruturar a sociedade, ou pelo menos uma parcela da sociedade de acordo com sua própria estrutura. Quando a mídia passa, ou vende uma ideia à sociedade, ela está estruturando. Se formos pensar nas grandes corporações midiáticas, elas estão estruturadas de acordo com a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante (SOUZA, 2014, p. 141).

Assim, os sistemas simbólicos constituem meios de dominação, com base na ideologia imposta pelos dominantes, isso ocorre de forma mascarada e velada, e por isso não se “sente” a dominação e nem a imposição, os dominados tendem a ver isso como algo “natural”, tal como foi explicado ao falar do “habitus”, por isso da incorporação do termo “simbólica”, por que não é algo explicitamente visível, não se usa a força, nem tampouco a violência, mas sim a ideologia.

Posto isto, adentramos especificamente no que Bourdieu (2012) explica sobre o poder simbólico, que é um poder “subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 15) complementando, “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica” (BOURDIEU, 2012, p. 9).

Sendo assim, o poder simbólico, não consiste somente no uso da violência ou da força, é uma ideologia que reforça as outras formas de poder e acontece decorrente da relação entre dominante e dominado. E isso vai refletir em todas as esferas da sociedade, especificamente neste artigo, refere-se a dominação masculina e o poder simbólico que existe nas relações de gênero. “O poder não é algo que uma pessoa ou um grupo possua, e sim uma relação que se estabelece entre dois polos.” (NADER e CAMINOTI, 2014, p. 5)

Não há fatores biológicos ou naturais que sejam cientificamente comprovados, afirmando que os homens são seres superiores e/ou melhores que as mulheres, mas ainda assim o homem,



exerce “poder” sobre a mulher, o poder simbólico, embora exista a violência física do homem contra a mulher, outras formas de poder também existem, na divisão sexual do trabalho e nos papéis sociais. Portanto, não há como desconsiderar que a essa desigualdade é socialmente construída

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la (BOURDIEU, 2012, p. 16)

Assim, se constitui a dominação masculina, tal como o poder simbólico é uma dominação ideológica, construída socialmente, mas que nem sempre é entendida desta forma por não se sentir a coerção. E isso reflete na relação entre dominante e dominado. Essa relação se torna evidente, quando se volta para a sociedade e se observa como os sujeitos se relacionam, tornando possível observar como o campo e o habitus estão presentes na sociedade. As pessoas que estão inseridas num determinado campo, por exemplo o campo da família, então incorporam o habitus, que fora socialmente imposto e reproduzem aquilo que elas apreendem em suas realidades.

E como já destacado, o poder é a relação que as pessoas estabelecem, não é algo exercido sobre os sujeitos, mas sim como esses relacionam entre si. É o que será discutido na seção a seguir, como as relações de poder interferem nas relações de gênero.

A SORORIDADE A PARTIR DAS RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO

Com base no que fora descrito no item acima, tendo como ponto de partida a teoria construída por Bourdieu ao tratar dos sistemas simbólicos, a partir do “campo” e do “habitus”, constrói-se a relação de poder que permeia as relações de gênero. Rubin (1993) reforça que a divisão de gênero é imposta socialmente e reproduzida nas relações sociais, o que refuta a ideia de que é algo natural, corroborado por Nader e Caminoti (2014)

Embora seja inegável a diferença biológica entre homens e mulheres, as Ciências Sociais entende - a partir da utilização do termo gênero - que a organização social é um fator muito mais influente na construção das identidades masculinas e femininas. (NADER e CAMINOTI, 2014, p. 2)

Quando se refere às relações de gênero, subentende-se que é a relação entre os homens e mulheres e a forma como estes estão inseridos na sociedade, e diante disto, conforme a sociedade vai evoluindo e os indivíduos vão se organizando, novos conceitos e categorias surgem para dar conta de responder a complexidade das relações de gênero.

A principal categoria que envolve as relações de gênero é o feminismo, que vai muito além de um conceito categórico e se materializa pelos movimentos feministas. Lisboa (2010) define os movimentos feministas como um movimento sociocultural, que



luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem. (LISBOA, 2010, p. 68)

A partir dessa reflexão, se reconhece a importância e a necessidade do movimento feminista na sociedade. Outrossim, os movimentos feministas passaram por diferentes fases, Scavone (2008) afirma que

Apesar de estabelecermos a relação temporal com períodos e lutas distintas, essas fases não são fixas, elas dependem da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade (SCAVONE, 2008, p. 177).

Assim, os movimentos feministas se organizam, conforme as questões que estão sendo vivenciadas e que são resultantes do contexto social, econômico, cultural e político da sociedade em determinado momento. Neste sentido, Lisboa (2010) reforça que a violência e o conflito entre homens e mulheres é resultante de uma estrutura dominante e portanto, se torna uma questão pública.

As questões sociais que permeiam o campo do trabalho, da saúde, da política, da educação, passam a ser observados sob a perspectiva de gênero, evidenciando as relações de dominação e poder (SCAVONE, 2008), são as “diferenças econômicas e culturais, que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina” (BOURDIEU, 2007, p. 112).

[...] os estudos de gênero e feministas mostraram-se historicamente comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associando-as a contexto mais abrangentes (SCAVONE, 2008, p. 176).

Por isso, entender as relações de poder e dominação, como aborda Bourdieu é importante para entender as relações de gênero, pois como já mencionado, mas novamente reforçado, o poder nem sempre é verificado pela força e violência, mas também e principalmente, por uma estrutura ideológica que implanta suas ideias de forma que são concebidas como se fossem naturais.

A dominação masculina não é apoiada prioritariamente na força bruta, nas armas ou na dependência financeira. Esses fatores possuem seu grau de influência, entretanto, se fossem determinantes, quando cessados a mulher deveria adquirir sua total liberdade. A dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico. O dominado (no caso, a mulher) adere a dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural (NADER e CAMINOTI, 2014, p. 6).

Em contrapartida, Scavone (2008) alerta que

Uma das críticas feministas mais recorrentes à sua teoria da dominação masculina refere-se ao pressuposto da ‘incorporação’ e da ‘aceitação’ que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como Habitus, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais (SCAVONE, 2008, p. 182).

Por isso, quando se fala que para que para existir a relação de poder entre dominante e dominado, o dominado precisa conceber as ideologias do dominante, mas isso não significa



que o dominado tenha consciência de tal ação, pois como já explicado isso ocorre de maneira ideológica e naturalizada, portanto quando a mulher se submete às ideologias patriarcais dominantes, não significa que ela concorda com isso, mas que ela tende a pensar que isto é natural, incorporado e internalizado pelo habitus.

O patriarcado, termo utilizado para designar a relação de dominação dos homens sobre a mulheres, é de acordo com Saffioti (2015) uma categoria específica de determinado período histórico, no entanto o patriarcado atual, é resultante de um patriarcado de um momento remoto, antigo, se antes a figura do patriarca detinha legalmente o poder sobre a vida das mulheres da sua família (esposa e filhas), hoje isso já não é mais legalmente aceitável, porém de modo simbólico e ideológico isso ainda existe, um exemplo disso, é quando o pai leva a filha até o altar e a “entrega” ao noivo.

Foi através dos movimentos feministas que as mulheres conquistaram direitos, como o direito de estudar, de se inserir no mercado de trabalho, entre outros importantes e inclusive seu espaço na sociedade. Mas, como Foucault (1995) ressalta, conforme os seres humanos são colocados em um contexto de produção, no caso a produção capitalista, estão também inseridos em complexas relações de poder. Se observar a sociedade capitalista atual, é possível identificar níveis hierárquicos de poder, é óbvio que detém mais poder aquele que detém maior acúmulo de capital, mas concomitante a isso existe outros aspectos que são relevantes, como a raça e o gênero, quer dizer, se observar as pessoas que detém o poder econômico, os negros e as mulheres são minorias.

Foucault, também se dedicou aos estudos sobre poder e sua teoria é pautada no sujeito e nos modelos legais de poder: o que ou quem legitima o poder? (FOUCAULT, 1995). Para este autor o poder se materializa em forma de coerção, e um grande exemplo é o poder exercido pelo Estado, que é o poder legítimo, o Estado é o único que tem o poder de utilizar a força física legalmente, poder este representado pela figura da polícia. A teoria sobre poder de Foucault difere da teoria de Bourdieu, a medida que para o primeiro o poder se materializa pela coerção e pela legitimidade, enquanto que para o segundo autor o poder nem sempre será coercitivo, mas será simbólico.

Diante do que fora apresentado acima, tendo em mente as relações de poder e reconhecendo que discutir gênero é também discutir classe e raça, observa-se que mesmo entre as próprias mulheres não há justiça e nem equidade. Há mulheres que reproduzem discursos e atitudes machistas para com outras mulheres e para além disso, a classe social, poder econômico e a raça, também gera desigualdades entre as mulheres, como observa Davis (2016) e Hoolks, (2018) a luta pela igualdade de gênero, deve incorporar as discussões de raça e classe. Hoolks, (2018) declara que “por anos testemunhei a relutância de pensadoras feministas



brancas em reconhecer a importância de raça.” (HOOLKS, 2018, p. 54) e isso reflete a desigualdade entre as mulheres.

Na mesma linha, Davis (2016) reafirma a desigualdade de raça, quando relata que

O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 26)

Claro, que este relato se remete ao contexto da escravidão no Brasil, no entanto, ainda assim na cena contemporânea as mulheres negras são inferiorizadas, em relação as mulheres brancas. E é no intuito de amenizar todas essas situações de desigualdades entre as mulheres, que emerge o conceito de “sororidade”, para aproximar as mulheres na luta contra a misoginia e na garantia dos direitos.

A “sororidade” ainda é um conceito em construção e portanto está sendo empregado em perspectivas teóricas diversas e em algumas se contradizem, mas é importante ter em mente, a definição construída pela antropóloga Marcela Lagarde y de Los Ríos, a qual compreende a sororidade como uma “dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2012, p. 543) (tradução nossa).

Portanto, a sororidade é a

consciência crítica da misoginia, seus fundamentos, preconceitos e estigmas, e é o esforço pessoal e coletivo para desmontá-la em subjetividade, mentalidades e cultura, em paralelo com a transformação solidária das relações com as mulheres, práticas sociais e normas políticas jurídicas. (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2012, p. 543) (TRADUÇÃO NOSSA).

Ressalta-se, que a sororidade de uma mulher, deve atingir todas as mulheres, independente da sua classe social, condição econômica, da sua raça e da sua sexualidade e não apenas as mulheres que são semelhantes, neste caso, se a sororidade só for praticada entre as mulheres que possuem as mesmas condições e exclui as que possuem condições diferentes, reforça o preconceito e as desigualdades.

Contudo, como mencionado anteriormente, a sororidade é um conceito e ainda em construção e conseqüentemente enfrenta desafios na sua prática, uma vez que nem todos ainda compreenderam o real sentido da sororidade, tendo ela como uma dimensão ético-política, é necessário que exista condições que proporcionem a sua existência em um grupo de mulheres. Hoolks (2018) reflete que

Um grande número de mulheres simplesmente abandonou a noção de sororidade. Mulheres individuais que já haviam criticado e desafiado o patriarcado se realinharam com homens sexistas. Mulheres radicais que se sentiram traídas pela feroz competição negativa entre mulheres muitas vezes apenas recuaram. E, nesse ponto, o movimento feminista, que tinha como foco transformar positivamente a vida de todas as mulheres, ficou ainda mais estratificado. A visão de sororidade, que havia sido a palavra de ordem do movimento para várias mulheres, parecia não importar mais. Solidariedade política entre mulheres, antes a força que fazia mudanças positivas acontecerem, foi e ainda é constantemente desvalorizada e ameaçada.



Por isso, que o movimento feminista é um movimento de luta constante e de embates, principalmente, políticos, é preciso ter claro pelo que se luta e pelo cenário atual, a luta é para não haver retrocessos nos direitos já conquistados e mais do que nunca a sororidade se faz importante, para que as mulheres não percam o sentido daquilo pelo que tanto lutaram, para que sejam fortalecidas e enfrentem coletivamente a violência, o machismo, o patriarcado e tudo aquilo que às ferem em todos os sentidos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Retomando as discussões e reflexões realizadas nas seções acima, se mostrou que é imprescindível falar em gênero sem mencionar, ainda que brevemente, as principais teorias que envolvem as relações de gênero, principalmente ao reconhecer que é uma construção sócio-histórica e que acompanhou as evoluções e transformações da sociedade. Mesmo que as relações de gênero exista desde a existência do homem e da mulher, ainda que em sociedades primitivas, é necessário delimitar que foi a partir da sociedade capitalista, com as relações de poder, que as questões de gênero foram se acentuando, principalmente com a emergência do patriarcado, que ampliou as desigualdades que já existiam.

Por isso, se fez necessário trazer este panorama histórico, mesmo superficialmente, para entender como o “poder” está disposto na sociedade e como afeta as questões de gênero. Partindo, então, das considerações realizadas sobre os conceitos desenvolvidos por Bourdieu, o qual constrói uma linha de pensamento teórico para explicar o poder e a dominação simbólica, perpassando pelo “campo” e pelo “habitus”, conceitos fundamentais para entender as relações de poder que permeiam o campo do “gênero”. Cabe destacar, que Bourdieu, se apoia em teorias construídas por outros sociólogos e filósofos, como Marx, Durkheim, Foucault, as quais ele incorpora, tornando suas teorias mais complexas.

Como foi observado, o poder simbólico, é o poder que nem sempre se utiliza da violência ou da força, mas sim de ideologias construídas pelos dominantes para exercer as relações sobre os dominados, que entendem as ideologias, como questões naturais, deixando de sentir a coerção, mesmo sendo questões construídas socialmente. É o que ocorre nas desigualdades de gênero, como afirmam as autoras abordadas neste trabalho, a divisão de gênero foi construída socialmente, os homens enquanto dominantes, criaram a ideologia de que eram superiores às mulheres e embora, já se tenha avançado na construção do conhecimento para provar o contrário, ainda não foi totalmente superado esta ideologia, justamente por que as pessoas já incorporaram este pensamento e muitas vezes nem percebem que estão imersas em ideologias.

E é neste contexto, que surgem os movimentos feministas, para lutar pela justiça e pela equidade dos gêneros, buscando conquistar os direitos humanos, principalmente das



mulheres e ir contra toda a violência contra as mulheres, e para além disso, como resultado deste movimento, emerge também o conceito da sororidade, que visa superar a misoginia praticada, não só pelos homens, mas também pelas próprias mulheres, para umas com as outras.

A sororidade, que deve ser praticada, com base em princípios éticos-políticos e propiciar o fortalecimento das mulheres, das suas lutas contra as opressões machistas e patriarcais, contra a violência de gênero e pelo seu direito de viver e não segregar as mulheres que se encontram em condições de vulnerabilidades, de qualquer tipo, mas que seja de fato pautado na solidariedade e na inclusão.

Portanto, tanto o feminismo, a sororidade, quanto o patriarcado, são conceitos resultantes das relações de gênero e que estão vinculados à um contexto sócio-histórico, de relações complexas entre os indivíduos, que proporcionam que novos conceitos e categorias apareçam, para dar conta de explicar essas relações complexas. Ainda, se mostram conceitos extremamente importantes para compreender a forma que os sujeitos se relacionam em sociedade.

Em se tratando, das relações de gênero, e principalmente do conceito da sororidade, que é um conceito que ainda está em desenvolvimento, é preciso aprofundar os estudos, já que é impossível esgotar toda essa discussão em um artigo, dada a complexidade das relações humanas contemporâneas, no entanto, elucida-se que neste trabalho, o objetivo proposto foi alcançado, apresentou-se a concepção de poder simbólico e estabeleceu-se relação com as questões de gênero.

No entanto, sente-se a necessidade de explorar mais a fundo o poder simbólico nas relações de gênero e da emergência de novos conceitos e categorias, para compreender como ambos os conceitos se expressam na sociedade contemporânea e talvez, pensar se algum dia essa dominação será passível de ser superada ou pelo menos amenizada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. trad. Fernando Tomaz. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 16ª ed. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. KUHNER, Maria Helena (tradução) 1. ed. BestBolso: Rio de Janeiro. 2007

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. CANDIANI, Heci Regina (tradução). Editora Boitempo: São Paulo. ed. 1. 2016. 248 p.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. Martins Claret: São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Para além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.



HOOLKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. LIB NIO, Ana Luiza. (tradução). Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1º ed. 2018. 104 p.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **El Feminismo en mi vida**: hitos, claves, y topías. Ciudad del México: Instituto de la Mulheres de la Ciudad del México. 2012.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Kátal**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08> >. Acesso em: 15 de out. 2021.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006. p. 67-121.

NADER, M. B. CAMINOTI, J. M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. In: **Anais Do XVI Encontro Regional de História ANPUH - RIO. Saberes e Práticas Científicas**. 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoe poderaconstrucaodamasculinidadeeoexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.pdf. Acesso em: 20 de set. 2021.

ROSA, T. B. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**: São Paulo, 6(1), 2017. p. 3–12. Disponível em: <https://doi.org/10.29373/semaspas.v19n1.2017.9933>. Acesso em: 21 de set. 2021.

RUBIN, Gaye. Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In: **Políticas do Sexo**. São Paulo: Editora UBU, 2017. p. 9-61.

SAFIOTTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2015, 160 p.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, p. 173-186, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/MsXMqHwb9wm36rZ3DsrXVks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SOUZA, R. B. de. Formas de Pensar a Sociedade: O conceito de Habitus, Campos e Violência Simbólica em Bourdieu. **Revista Ars Histórica**: Rio de Janeiro, nº 7, Jan./Jun., 2014, p. 139-151. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705>. Acesso em: 01 de mai. 2022.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: A teoria na Prática. **Revista Administração Pública**: Rio de Janeiro, 40 (1), fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtgRs/?lang=pt>. Acesso em: 15 de out. 2021.